

NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

12

***A**PONTAMENTOS*

de Arqueologia e Património

DEZ 2017

ISSN: 2183-0924

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

12

DEZEMBRO

2017

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação
Arqueológica – NIA**

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Dezembro de 2017**

Volume: **12**

Capa: Realização de prospecção geofísica
(Foto: António Valera)

Director: **António Carlos Valera**

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:

antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.

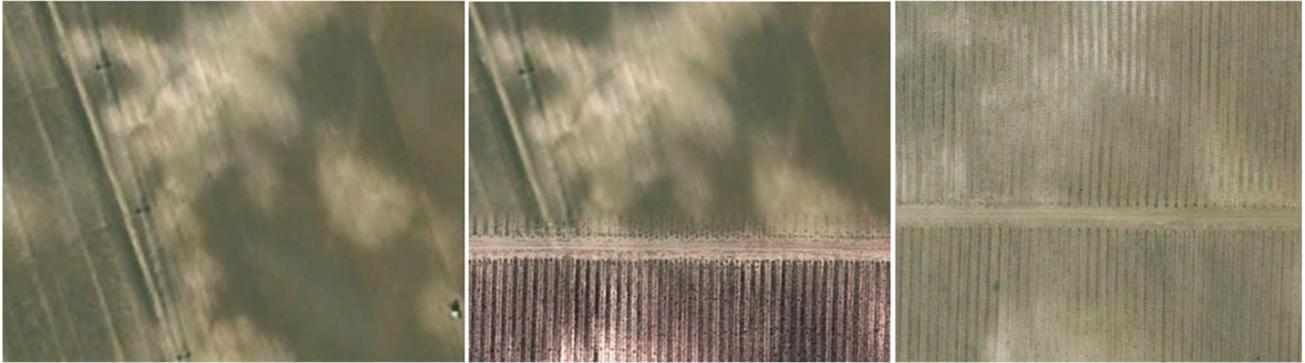
Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.



ÍNDICE

EDITORIAL	07	Alexandre Sarrazola e Ever Calvo LARGO DA ARTILHARIA Nº 1 E 2, LISBOA: INTERVENÇÃO NO ESPAÇO DA APPI (ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA)	45
Tiago do Pereiro e António Carlos Valera GEOFÍSICA DE DOIS GRANDES MONUMENTOS MEGALÍTICOS INÉDITOS NO BAIXO ALENTEJO	09	Inês Simão, Catarina Furtado, Marina Lourenço, Lucy S. Evangelista UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DO EXTINTO TRIBUNAL DA BOA HORA	49
António Carlos Valera, Marco Fernandes e Patrícia Simão OS HIPOGEUS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA QUINTA DA ABÓBADA (BEJA)	15	Alexandre Sarrazola ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO: <i>IURIS URBE INORDINATIONEM</i>	59
Nelson Cabaço A FAUNA DEPOSITADA SOB O “CAIRN 1” DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ)	23	António Carlos Valera DUAS DÉCADAS DE INVESTIGAÇÃO NOS PERDIGÕES: RESENHA DA BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA	69
Ana Catarina Basílio e Tiago do Pereiro PEDAÇOS DE UM PASSADO COMUM: OCUPAÇÕES DO 4º E 3º MILÉNIOS AC NA ZONA DO RIO SECO / BOA HORA (AJUDA, LISBOA)	37		



“Filme” de uma destruição

EDITORIAL

Já no editorial de 2013 da AAP se alertava para a situação, que então começava a verificar-se, de sistemática afectação dos recintos de fossos, vítimas da “Revolução Agrícola” que tem vindo a acontecer nos últimos anos no interior alentejano.

Alqueva, uma “porra” que demorou a construir e que se revela fundamental para a economia do Alentejo (como a recente seca extrema bem demonstrou), está a ser um projecto de grande dinamização da economia agrícola alentejana, que tem inegáveis contributos para situação das finanças gerais do país e desenvolvimento social da região. O problema é que também é um projecto que tem conduzido a inequívocos custos ambientais e patrimoniais, portanto também sociais e culturais, aos quais os agentes económicos e as entidades administrativas e políticas se estão a revelar pouco sensíveis.

Nos últimos tempos, são várias as notícias de afectações ou destruições de sítios arqueológicos de diferentes naturezas e cronologias às mãos de projectos de reconversão agrícola para culturas intensivas de regadio, várias das quais implicam lavras profundas. Entre a ignorância, o diliberado “desconhecimento” e a ineficácia e impotência administrativa, o rejuvenescimento agrícola do Alentejo está a ser feito à custa de uma sistemática obliteração da memória histórica inscrita nas paisagens e nos notáveis sítios arqueológicos da região. Trata-se de uma dinâmica nos antípodas da noção de Desenvolvimento Sustentável. Pura e simplesmente não se aprende. Nem entre os agentes económicos, nem entre quem supostamente os regula.

Talvez a melhor caricatura da actual situação seja a actuação do ministro que tutela o sector da cultura (onde está integrado o Património Arqueológico e a respectiva actividade profissional): um ausente. O que está a acontecer com o património arqueológico alentejano não tem advogado na mesa do Conselho de Ministros. No terreno, seria tentado, talvez preversamente (ou não), a dizer que os processos administrativos estão deliberadamente montados de forma a desencontrar quem projecta, quem aprova e quem tem informação patrimonial. Os grandes projectos de reconversão agrícola passam pelo Ministério da Agricultura, mas não pelos Municípios ou tutela do património, onde a informação patrimonial se encontra. E se a denúncia da desfuncionalidade já ocorreu por várias vezes, não se tem visto interesse em resolver a situação. Procedimento de branqueamento da sistemática destruição, a que se junta o silêncio e indiferença da Academia, sempre distante do que se passa fora do seu *Campus*, e de uma grande maioria de profissionais do sector.

Importante património arqueológico está a ser afectado a um ritmo alucinante no Alentejo, nomeadamente onde chega a água de Alqueva. E gera-se uma grande ironia: um empreendimento que, com méritos e deméritos, tem contribuído decisivamente para uma Revolução Empírica sobre o conhecimento do nosso passado colectivo mais distante, acaba por alimentar involuntariamente, com água, uma das maiores ondas de destruição patrimonial naquele território.

António Carlos Valera

LARGO DA ARTILHARIA Nº1 E 2, LISBOA: INTERVENÇÃO NO ESPAÇO DA APPI (ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA)¹

Alexandre Sarrazola²
Ever Calvo²

Resumo:

Os trabalhos de acompanhamento realizados pela ERA no âmbito da reabilitação do espaço da Associação para a Protecção da Primeira Infância (APPI) garantiram uma equilibrada relação entre desenvolvimento urbano e prevenção patrimonial, não obstante a ausência de evidências contextuais de carácter arqueológico. Destaca-se a proximidade entre o Local e o Museu Militar assim como de um cais setecentista.

Abstract:

Archaeological works at Largo da Artilharia, n. 1 and 2, Lisbon: intervention at APPI (association for Protection of Childhood.

The archaeological monitoring works carried out in 2013/2014 are planned as part of the project for alterations to the set of buildings located at Largo do Museu de Artilharia, n.º 1 awarded to Era-Arqueologia, S.A. by APPI - Associação Protectora da Primeira Infância. The space is located near the Military Museum, where there was a river wharf in the 17th century. In the absence of any material evidence of an archaeological nature, the work allowed not only an effective protection of the heritage, but also the continuation of the works of APPI without any cultural affection.

1. Empreendimentos privados e respeito pelo património cultural

Conforme já foi dito noutra lugar, “na actual conjuntura nacional e europeia não é possível perspectivar o desenvolvimento social e económico, na vertente em que este concerne à qualidade de vida das populações, sem focar uma especial atenção sobre o património cultural. Em concreto, a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável no presente, preparando as condições para a cidadania no futuro, não pode deixar de se alicerçar na construção plurifacetada do passado, projectado na vida social sob a forma de memória colectiva.” (Sarrazola, 2000). De facto, conforme se encontra expresso na Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico

(Revista) – de 1992, ratificada pelo Estado Português em 1997 – o património arqueológico constitui uma fonte de memória colectiva, constatando-se que a necessidade de o proteger “se deveria reflectir nas políticas de ordenamento urbano (...) de desenvolvimento cultural”. Considerando a amplitude do conceito e âmbito do património cultural, nos termos em que se encontra definido no enquadramento legislativo nacional (Lei do Património – Lei 107/2001 de 10 de Setembro de 2001) - i.e, abrangendo os campos de interesse “histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, social, industrial ou técnico”, assim como “bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”, não admira que se assuma como um dos princípios gerais (da Lei 107/2001) a “coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo”, com imperativo envolvimento e responsabilização dos privados, do estado (...) autarquias locais e restante Administração Pública nas tarefas fundamentais de conhecimento, estudo, protecção valorização e divulgação.

¹ O presente artigo contém informações que foram publicadas no órgão de divulgação da APPI (Associação Protectora da Primeira Infância).

² Era Arqueologia, S.A.

Em função do exposto, resulta uma evidência a importância da APPI (Associação Protectora da Primeira Infância) no que à salvaguarda patrimonial concerne.

2. Largo da Artilharia nº 1 e 2

2.1. Âmbito

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico no âmbito do projecto de alterações no conjunto de edifícios sito no Largo do Museu de Artilharia, n.º 1 e 2, foram adjudicados à Era-Arqueologia, S.A. pela APPI Associação Protectora da Primeira Infância e decorreram em 2013/ 2014.

2.2. Enquadramento histórico-arqueológico

Historicamente trata-se esta de uma zona banhada pelo Tejo até época recente, tendo sido o Museu Militar construído no local onde anteriormente se encontrava localizado o Cais do Carvão. Na planta de Jorge Braunio, datada de finais do século XVI, pode ver-se esta localização.

A muralha Fernandina foi demolida neste local em 1775, de modo a permitir a abertura da Rua Nova (actual Rua do Museu de Artilharia). A parte de abaixo da Rua do Museu de Artilharia, junto ao Largo do Museu de Artilharia, foi então construída sobre um aterro levantado na mesma ocasião. Por esse motivo, a Ermida do Senhor Jesus da Boa Hora (actual Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Portugal Comunidade de todos os Santos) ficou com a porta de entrada em frente ao muro de suporte da nova rua, sendo o nível da soleira da porta o correspondente à cota original do pavimento no local. Por último, falta mencionar o Forte de Santa Apolónia com construção em 1625 sob domínio filipino, como o intuito de reforçar as defesas da cidade e a Cerca Fernandina, o qual deu origem ao nome da Calçada do Forte. Após a Restauração em 1640, por ordem Decreto de 11 de Março de 1652, foi "...mandada construir uma linha de defesa, da banda de terra, constituída por baluartes de alvenaria, com torneiras e plataformas para peças de fogo..." (AAVV, 1994). No entanto a construção desta linha defensiva nunca ficou concluída.

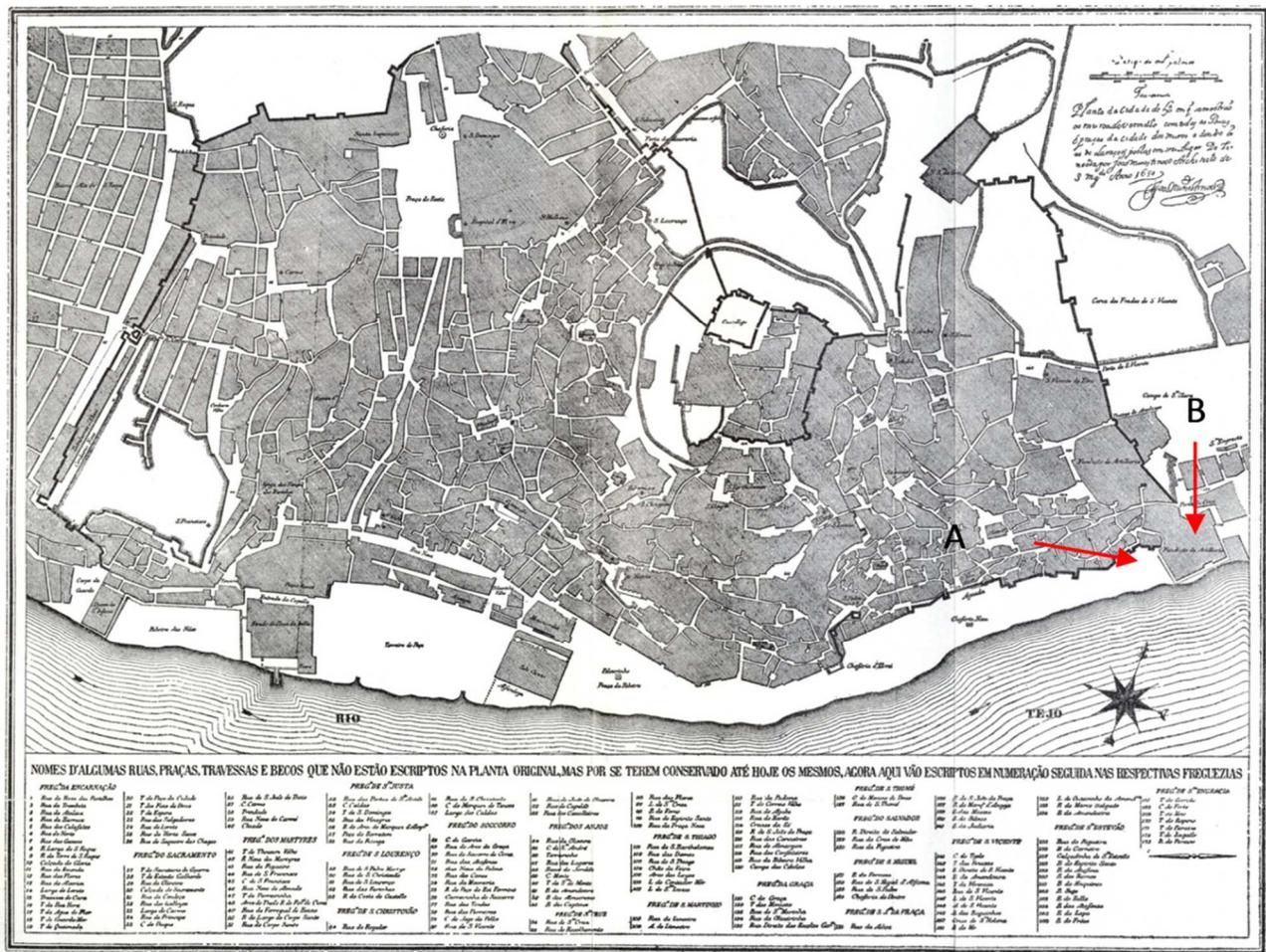


Figura 1 – Localização da Fundição da Artilharia (B) e da área de intervenção (A) na planta de J. N. Tinoco.

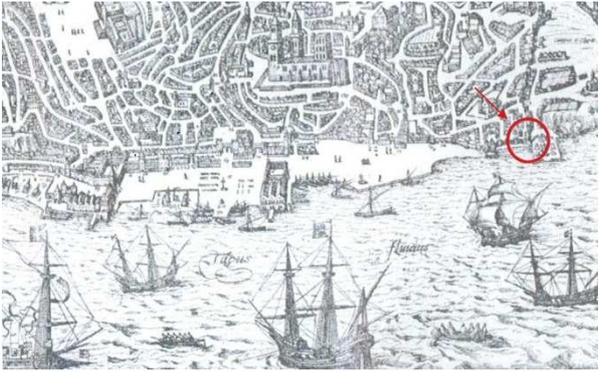


Figura 2 – Localização na carta de Braunio (Século XVI).



Figura 3 – Pormenor de elemento arquitectónico.

3. Resultados e considerações finais

De facto, todas as escavações realizadas limitaram-se ao interior dos edifícios em processo de reabilitação, alcançando cotas de afectação que variam entre cerca de 1 metro, no caso do edifício da Creche e a sapata da grua, até aos 40 cm do edifício do Refeitório.

Em todos estes casos, salvo o pequeno troço de perfil no edifício do refeitório com apenas cerca de 30cm visíveis e registados, foi impossível realizar o registo de cortes ou planos que permitam obter uma caracterização da estratigrafia existente no local antes do início da obra.

Não tendo sido detectada qualquer evidência material de carácter arqueológico, os trabalhos preveniram não só uma acção de efectiva salvaguarda patrimonial, como se garantiu a prossecução das obras da APPI sem afectação de bens culturais.

Bibliografia

- BARKER, P. (1989), *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed. [1ª Ed. 1977], London, Batsford Book.
- CARANDINI, A. (1997), *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica.
- HARRIS, E. C (1991), *Principios de Estratigrafía Arqueológica*, [1ª Ed. 1979], Barcelona, Editorial Critica.
- NEVES CARNEIRO, António (2010) – *Acompanhamento Arqueológico da Rua do Paraíso / Calçado do Forte nº58-62*, Texto policopiado, Lisboa, Era Arqueologia
- SANTANA, Francisco e Eduardo SUCENA, dir. (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas e Associados.
- SARRAZOLA, A. (2000), *Arqueologia e acompanhamento de obras: um equilíbrio em construção*; Revista ERA, 2: 52-68.
- SILVA, A. Vieira da (1987), *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, [1ª Edição 1949].

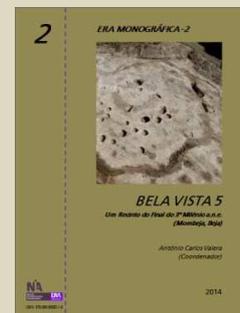
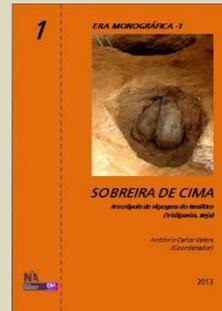
OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Monográfica

Dois volumes publicados

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008

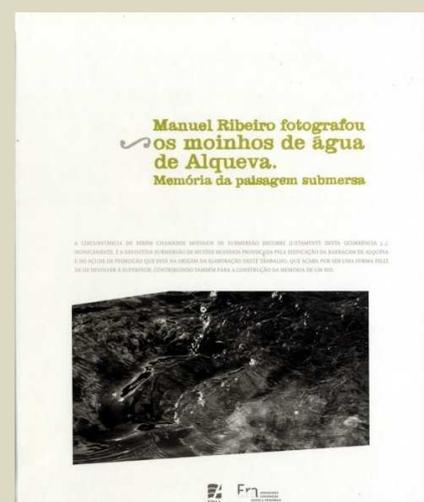


Livro de fotografias de Manuel Ribeiro
sobre os moinhos de água
de Alqueva



“Holocénico [o blog.]” de António Valera

Textos sobre produção de conhecimento, património, arqueologia e o seu ensino e profissão.



ERA Arqueologia S.A.
Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada
- Dafundo

www.era-arqueologia.pt
geral@era-arqueologia.pt
nia@era-arqueologia.pt